

## **COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS**

### **PROJETO DE LEI Nº 2.303, DE 2019**

Proíbe a comercialização de lentes oftálmicas sem as especificações fixadas na legislação sanitária e de normalização metrológica correlata.

**Autor:** Deputado HIRAN GONÇALVES

**Relator:** Deputado LAÉRCIO OLIVEIRA

#### **I – RELATÓRIO**

Vem a este órgão colegiado o Projeto de Lei de nº 2.303, de 2019, de autoria do Sr. Hiran Gonçalves, que visa proibir a comercialização de lentes oftálmicas sem especificações fixadas na legislação sanitária e de normalização metrológica correlata.

Conforme despacho exarado pelo Presidente da Câmara dos Deputados, a proposta vem à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços para análise do seu mérito. Após designação de relatoria, foi promovida a abertura de prazo para emendas, transcorrido este in albis.

É o relatório.

#### **II – VOTO**

Na forma do disposto no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, conforme art. 32, inc. VI, cabe a esta Comissão Permanente a análise da matéria. Sendo assim, passamos ao parecer tratando dos juízos de conveniência e oportunidade da proposição.

A proposição em análise traz à baila a proibição de comercialização de óculos sem certificado de garantia do fabricante.

Os artigos da proposta em tela delineiam a necessidade da certificação do produto expor com clareza as características do mesmo, bem como, estabelece

infração penal para a prática do não cumprimento da norma, o que resultaria em infração sanitária, conforme dispõe a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

É certo que, como fora delineado no projeto, a população, de forma arraigada, tem adquirido produtos ópticos em lugares e estabelecimentos sem qualquer certificação, advindos de importação de outros países ou fabricados nacionalmente, mas comercializados sem qualquer lastro comprobatório da qualidade ou exame médico.

Faz-se necessário o realce de que, estes produtos, por conterem preços muito mais atrativos do que os praticados nos estabelecimentos especializados, acabam atraindo a população a adquirir, justamente por esta conveniência e facilidade habitual.

Nesse sentido, alega o nobre Autor da propositura que o fornecimento de certificado de garantia descritivo junto ao artigo vendido, criaria um comprometimento maior por parte do vendedor, que incorreria em crime de falsidade se as informações ali contidas não fossem verdadeiras.

A função do poder público é de editar normas para a fiscalização da qualidade, produção e fornecer as informações necessárias ao consumidor, corroborando, assim, para a proteção do mesmo nas relações comerciais.

Assim, o projeto de lei em análise vislumbra proporcionar maior segurança na compra de produtos ópticos. Ao propor a certificação de qualidade, oferece ao consumidor segurança na obtenção do produto, tornando o estabelecimento que o comercializa reconhecidamente confiável. O que o diferencia dos demais que só oferecem o preço sem qualquer salubridade e segurança.

O realce é válido a medida que, em lojas que comercializam grandes marcas e, conseqüentemente, praticam preços maiores, certamente o consumidor encontra respaldo na qualidade dos produtos, justamente por serem marcas amplamente divulgadas e conhecidas, o que importa na preocupação do fabricante em não colocar em risco seu nome estabelecido no mercado, bem como a lucratividade da empresa.

Destarte, o mérito do presente projeto, nesse sentido, visa recair sobre aqueles estabelecimentos em que há preços muito aquém dos praticados no mercado, sobretudo porque diferem em grande escala de outros agentes que resguardam os direitos do consumidor, sob a fraca justificativa de competitividade com grandes marcas, acabam por burlar as normativas deste setor.

Por essa razão, no caso dos produtos ópticos, ao serem adquiridos em qualquer estabelecimento, normalmente apenas pela análise de preço, sem qualquer ateste da qualidade da lente, certamente não resguardará a recomendação médica.

Grande parte da população, muitas vezes, desconhece os efeitos nocivos que um produto óptico de má qualidade pode lesar definitivamente a saúde ocular.

Por essa razão, exigir o mínimo de precaução dos produtos ópticos, ultrapassa a esfera normativa dos direitos do consumidor, mas vislumbra primordialmente a saúde de toda a população.

No que concerne os meandros econômicos da proposta, esta apenas prevê a descrição pormenorizada dos produtos, sem que seja necessária a realização de testes de qualidade, o que poderia encarecer a disponibilidade do produto e ser objeto de impasse frente aos fabricantes.

No entanto, ainda que surgisse o questionamento de que tal previsão não venha solidificar a obrigatoriedade por parte do fabricante, a disponibilidade de cláusula penal, justamente em razão do descumprimento da norma, pode resultar em maior dificuldade para a conduta criminosa, pois, em meio judicial, a população poderia suscitar o descumprimento bem como o ateste de informações inverídicas.

Portanto, com base em todos os fundamentos elencados acima, como relator nesta Comissão, opino, no mérito, pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.303, de 2019.

É como voto.

Sala das Comissões, em            de            de 2019.

**Deputado LAÉRCIO OLIVEIRA**

PP/SE

Relator